

# FALTA DE ACESSIBILIDADE DOS SURDOS NO CONTEXTO DA SAÚDE: DESAFIOS ENCONTRADOS NO MUNICÍPIO DE PENEDO - ALAGOAS<sup>1</sup>

Julia Evily Rocha Silva<sup>2</sup>  
Dalton Serafim de Oliveira<sup>3</sup>  
João Gabriel Cadete Sampaio<sup>4</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar as dificuldades de acessibilidade com relação a pessoas surdas. Com a realidade das leis e o que elas declaram sobre a necessidade de proporcionar aos cidadãos, suporte suficiente para ter acesso a saúde. O trabalho busca a compreensão de demandas e dificuldades de pessoas acometidas pela surdez em locais voltados à saúde. A realidade das pessoas surdas se configura como uma questão humanística e principalmente, de inclusão social. A inclusão social, corresponde a um processo que precisa ser compreendido, considerando especificidades da história e cultura de determinado povo ou comunidade. A saúde ainda não contempla as pessoas surdas, visto que, barreiras existem de várias formas e possibilita um distanciamento dos sujeitos. Não existem profissionais capacitados, assim como falta intérpretes, tecnologia e políticas públicas para suprir as necessidades. A compreensão de problemas é uma forma de amenizar os danos causados por uma omissão de cuidados que as pessoas surdas sofrem constantemente quando procuram a saúde. A inserção da língua de sinais no currículo de um médico é de extrema importância para se estabelecer confiança no trabalho e cuidado com o sujeito. Os cidadãos possuem direitos, entre eles o de ter educação, saúde, trabalho, lazer e outros. A Constituição Brasileira prevê intérpretes de Libras ou que os profissionais tenham esse conhecimento, mas a realidade é bem distante. É necessário estudar essas questões para um entendimento amplo do que é preciso fazer para uma melhora efetiva nas lacunas da saúde. Assim, a comunidade surda poderá ter plena ciência de um direito que é para todos, mas que muitas vezes está restrito para eles. Trazendo a perspectiva da realidade da cidade de Penedo Alagoas.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Saúde. Pessoas surdas. Comunidade. Políticas públicas.

## *LACK OF ACCESSIBILITY FOR DEAF PEOPLE IN THE HEALTHCARE CONTEXT: CHALLENGES FOUND IN THE MUNICIPALITY OF PENEDO - ALAGOAS*

## ASBTRACT

The present work aims to demonstrate the difficulties of accessibility in relation to deaf people. With the reality of the laws and what they declare about the need to provide citizens with sufficient support to have access to healthcare. The work seeks to understand the demands and difficulties of people affected by deafness in health-oriented places. The reality of deaf people is configured as a humanistic issue and, mainly, of social inclusion. Social inclusion corresponds to a process that

<sup>1</sup> Artigo resultante de pesquisa orientada pela Professora Mestre Darlene Seabra de Lira, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca - Unidade Penedo/AL/Brasil. ORCID Id: <https://orcid.org/0009-0006-3044-2207>. E-mail: [julia.silva@arapiraca.ufal.br](mailto:julia.silva@arapiraca.ufal.br)

<sup>3</sup> Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca - Unidade Penedo Penedo/AL/Brasil. ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0001-8658-7006>. E-mail: [dalton.oliveira@arapiraca.ufal.br](mailto:dalton.oliveira@arapiraca.ufal.br)

<sup>4</sup> Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca - Unidade Penedo Penedo/AL/Brasil. ORCID Id: <https://orcid.org/0009-0005-3193-5209>. E-mail: [joao.sampaio@arapiraca.ufal.br](mailto:joao.sampaio@arapiraca.ufal.br)

needs to be understood, considering specificities of the history and culture of a given people or community. Health still does not cover deaf people, as barriers exist in various forms and allow for distance between subjects. There are no trained professionals, as well as a lack of interpreters, technology and public policies to meet the needs. Understanding problems is a way of alleviating the damage caused by omission of care that deaf people constantly suffer when seeking health care. The inclusion of sign language in a doctor's CV is extremely important to establish trust in the work and care for the subject. Citizens have rights, including education, health, work, leisure and others. The Brazilian Constitution provides for Libras interpreters or professionals to have this knowledge, but the reality is very distant. It is necessary to study these issues to gain a broad understanding of what needs to be done to effectively improve health gaps. This way, the deaf community will be able to be fully aware of a right that is for everyone, but which is often restricted to them. Bringing the perspective of the reality of the city of Penedo Alagoas.

**Keywords:** Accessibility. Health. Deaf people. Community. Public policy.

### ***FALTA DE ACCESIBILIDAD PARA PERSONAS SORDAS EN EL CONTEXTO DE SALUD: DESAFÍOS ENCONTRADOS EN EL MUNICIPIO DE PENEDO - ALAGOAS***

#### **RESUMEN**

El presente trabajo pretende demostrar las dificultades de accesibilidad en relación con las personas sordas. Con la realidad de las leyes y lo que declaran sobre la necesidad de brindar a los ciudadanos el apoyo suficiente para tener acceso a la salud. El trabajo busca comprender las demandas y dificultades de las personas afectadas por sordera en lugares orientados a la salud. La realidad de las personas sordas se configura como una cuestión humanística y, principalmente, de inclusión social. La inclusión social corresponde a un proceso que necesita ser comprendido, considerando las especificidades de la historia y la cultura de un determinado pueblo o comunidad. La salud todavía no cubre a las personas sordas, ya que existen barreras de diversas formas y permiten el distanciamiento entre los sujetos. No hay profesionales capacitados, además de intérpretes, tecnología y políticas públicas para atender las necesidades. Comprender los problemas es una forma de paliar los daños causados por la omisión de cuidados que sufren constantemente las personas sordas cuando buscan atención sanitaria. La inclusión de la lengua de signos en el CV de un médico es sumamente importante para generar confianza en el trabajo y cuidado del tema. Los ciudadanos tienen derechos, entre ellos la educación, la salud, el trabajo, el ocio y otros. La Constitución brasileña prevé que los intérpretes o profesionales de Libras tengan este conocimiento, pero la realidad es muy lejana. Es necesario estudiar estas cuestiones para obtener una comprensión amplia de lo que se debe hacer para mejorar eficazmente las brechas de salud. De esta manera, la comunidad sorda podrá ser plenamente consciente de un derecho que es de todos, pero que muchas veces está restringido a ellos. Trayendo la perspectiva de la realidad de la ciudad de Penedo Alagoas.

**Palabras clave:** Accesibilidad. Salud Personas sordas. Comunidad. Políticas públicas.

#### **INTRODUÇÃO**

O encontro entre profissionais de saúde e pacientes surdos é geralmente marcado por dificuldade na comunicação, e esse processo sempre foi compreendido como um fundamento estruturador da sociedade, desde o campo da esfera privada, nas microrrelações, até a esfera pública, no convívio social, cultural, político e econômico, pois só acontece de maneira satisfatória quando a mensagem é recebida com o mesmo sentido com o qual ela foi transmitida, podendo ser feita de várias

maneiras, através da linguagem verbal ou não verbal, desde que seja um processo completo e coerente (Schelles, 2008; Gomes, 2007; Lezzoni *et al.*, 2004).

No campo da saúde, o processo de comunicação é fundamental para se prestar uma assistência de qualidade, pois envolve, além dos seus aspectos intrínsecos, a escuta de forma acolhedora, não apenas com o objetivo de repassar informações para um entendimento conceitual, mas atingindo a subjetividade dos indivíduos (OLIVEIRA *et al.*, 2008 *apud* SILVA *et al.*, 2021, p. 749-762).

Com referência à pessoa surda, elas têm barreiras na comunicação que comprometem a interação por encontro entre usuário e profissional, a falta de comunicação oral permite que o surdo seja desintegrado da sociedade ouvinte. A entrevista realizada por Lezzoni e colaboradores (2004) identificou as seguintes barreiras: 1) Percepções conflituosas entre médicos e pacientes sobre pessoas surdas e deficiência auditiva; 2) Percepções diferentes sobre o que se constitui comunicação eficaz (leitura labial, escrita, tradutor intérprete de Libras); 3) Segurança dos medicamentos e outros riscos ocasionados pela comunicação inadequada; 4) Problemas de comunicação durante o exame físico e procedimentos; 5) Dificuldades de interação com a equipe (incluindo pessoal administrativo), também na sala de espera; e 6) Problemas com a comunicação por telefone. (Costa *et al.*, 2009).

As principais queixas levantadas são: problemas de comunicação durante exame clínico e anamnese; dificuldade de entendimento sobre a prescrição, o que interfere na segurança medicamentosa; falta de informação sobre qual a melhor forma de comunicação não verbal para o paciente surdo; além de dificuldades na sala de espera e para agendamento das consultas (Condessa *et al.*, 2020 p.3).

E através de pesquisa realizada por Neves, Felipe e Nunes (2016), foi possível perceber a importância de valorização e pertencimento que um paciente surdo sente ao se deparar com alguém que sabe se comunicar com ele.

Quando o profissional trabalha valorizando o paciente, maximizando a qualidade do cuidado à saúde de forma individualizada, os benefícios da intervenção profissional são mais claros e eficazes. Houve uma nítida satisfação do entrevistado que encontrou uma enfermeira que se comunicava por LIBRAS. Dessa forma eles podem ser atendidos de maneira igualitária e participar

conscientemente do seu processo de restauração da saúde (Neves; Felipe; Nunes, 2016, p. 162).

Sendo assim, o presente trabalho busca a compreensão de demandas e dificuldades de pessoas acometidas pela surdez em locais voltados à saúde. A compreensão de problemas é uma forma de amenizar os danos causados por uma omissão de cuidados que as pessoas surdas sofrem constantemente quando procuram a saúde. É necessário estudar essas questões para um entendimento amplo do que é preciso fazer para uma melhora efetiva nas lacunas da saúde. Assim, a comunidade surda poderá ter plena ciência de um direito que é para todos, mas que muitas vezes está restrito para eles. É preciso observar e ter plena consciência que as pessoas surdas precisam ser tratadas normalmente.

### **Comunidade e Identidades Surda**

Em uma retrospectiva histórica, dá para entender alguns aspectos relacionados a pessoas que estão fora do padrão estabelecido socialmente. As diferenças físicas, sensoriais e do intelecto já foram muito perseguidas e com discriminação na tentativa de educar esses sujeitos de maneira diferente. Ao decorrer dos tempos, essas pessoas foram massacradas de diversas formas, nesse sentido a educação foi segregada dos demais sujeitos por uma visão fatalista da deficiência. Quando marginalizados, esses sujeitos acabam não recebendo atendimentos importantes, que são amplamente relacionados com a incapacidade. O que torna tudo isso suscetível a não se aprimorar, pois ainda possuem um rótulo de piedade por deficiência. Mesmo tendo avanços científicos e educacionais, pessoas com deficiência ainda são vistas com várias barreiras, mesmo que outras estejam educando e incluindo (Martins, 1999).

Categoria *surdo* é, enfim, central para a particularidade linguística e cultural vinculada à surdez. Mais do que uma maneira de nomear pessoas que se diferenciam em termos de audição, ela passou a implicar uma forma de regulação específica, atrelada ao uso de librase a uma coletividade linguística denominada *comunidade surda*, a qual também são atribuídas especificidades em termos identitários (Assêncio, 2015 p. 183).

A Comunidade Surda é geralmente composta por grupo que possui a cultura partilhada da língua brasileira de sinais, sendo comum a toda a comunidade. Ela

nãósó engloba as pessoas com graus de surdez, mas também qualquer pessoa que utilize Libras de alguma forma em seu cotidiano. Podendo também ser pessoas que simplesmente estão de algum modo dentro da comunidade com envolvimento nos temas e nas pessoas com deficiência. A comunidade é muito importante devido a criação de identidades surdas. E a cultura leva em conta diversos aspectos que possibilitam o sujeito desenvolver e interagir como, literatura, história, teatro entre outras coisas (Comunidade, 2019).

Segundo Perlin (2008), existem identidades surdas, e essas podem ser classificadas como Identidades Surdas Flutuantes, onde o indivíduo não possui vínculo com a comunidade surda e tenta oralizar. Nas Identidades Surdas Híbridas, o sujeito nasce ouvinte e perde a audição, usam a oralidade ou a Libras, onde se aceitam como surdos. Nas Identidades Surdas Embaçadas, o sujeito não faz uso da sinalização, não sabe a fala e são tratados como pessoas inferiorizadas e deficientes, possuem muita dificuldade no vínculo familiar. Desconhecendo a comunidade surda. As Identidades Surdas de Transição são classificadas a partir do desvinculo da comunidade surda, onde depois passam por um processo de transição e passam a ter uma identidade surda. A Identidades Surdas de Diáspora refere-se a transições constantes dos surdos. Mudando de estado ou país, onde apresentam variações. Por fim, as Identidades Surdas Intermediárias, essas que o sujeito possui uma leve surdez, então utiliza aparelho auditivo e tenta treinar a fala, não tendo vínculo com intérpretes, não participando da comunidade surda.

O jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (Strobel, 2008, p. 30).

A identidade e cultura surda é muito importante. E corrobora para demonstrara necessidade que os surdos têm de serem respeitados como são. Eles precisam dadiminuição de preconceitos e de serem vistos como pessoas que podem se divertir, trabalhar, estudar e desempenhar qualquer função social, afinal, são pessoas normais e têm direitos (Santana, Santana, 2020).

## Acessibilidade para Surdos

A inclusão, referente ao atendimento de pessoas com necessidades especiais. Se justifica com um fator de qualidade de atendimento público, entretanto, a falta de comunicação e alcance desse tipo de atendimento, inviabiliza a possibilidade de um atendimento humanizado (Chaveiro; Barbosa, 2005).

A questão da acessibilidade é fundamental, pois sem ela a pessoa é privada de usufruir dos demais direitos fundamentais que lhe são conferidos como cidadão: direito à educação, saúde, ao trabalho, o lazer e outros. A acessibilidade funciona como instrumento, meio para utilização desses outros direitos (Leite, 2007 p. 147).

A realidade das pessoas surdas se configura como uma questão humanística e principalmente, de inclusão social. A inclusão social, corresponde a um processo que precisa ser compreendido, considerando especificidades da história e cultura de determinado povo ou comunidade, a comunidade surda só obteve verdadeiramente uma integração em 1950, já que até meados de 1940, existia uma perspectiva de segregação muito forte contra as pessoas com alguma deficiência ou peculiaridade (Oliveira, 2009).

A saúde ainda não contempla as pessoas surdas, visto que, barreiras existem de várias formas e possibilita um distanciamento dos sujeitos. Não existem profissionais capacitados, assim como falta intérpretes, tecnologia e políticas públicas para suprir as necessidades. Os surdos buscam acolhimento nesses locais, procuram uma relação de comunicação e entendimento. Para incluir, é preciso entender a importância da comunicação em Libras (Oliveira, 2009).

As barreiras a esse acesso podem ser classificadas em três categorias: estrutural, financeira e pessoal/cultural. Essas barreiras não comprometem o acesso exclusivamente das pessoas com deficiência, mas tendem a ser mais graves para essa parcela da população (Condessa *et al.*, 2020 p.2).

Portanto, a acessibilidade dos serviços públicos ao surdo se estabelece como uma questão norteadora no quesito de qualidade de atendimento. Na presença de alguma deficiência, a legislação exige que o Estado (SUS) se responsabilize pelo atendimento e disponibilidade de instrumentos para que ocorra a inclusão desses sujeitos. Quando se fala sobre acessibilidade para surdos, é normal pensarmos

imediatamente em um tradutor intérprete de Libras, que é de extrema importância e não deve de forma alguma ser dispensado, mas existem outros recursos que servem como auxílio, a maioria deles explorando o sentido da visão, como o uso de legendas, aparelhos que funcionam com flashes de luz ao invés de som (despertador, campainha, telefone, timer para cozinha, etc.), e a disposição de imagens variadas, que funcionam muito bem como estímulo (Carneiro *et al.*, 2019).

No âmbito legislativo, referente à acessibilidade das pessoas surdas, o art. 3º da Lei Federal nº 10.436/02 estabelece que as instituições públicas ou privadas possuem o dever de fornecer assistência e garantia de atendimento a pessoas surdas/ou portadores de deficiência auditiva, porém muitas das vezes não é o que ocorre na prática (Carneiro *et al.*, 2019).

Para além da lei que regulamenta diversos âmbitos sociais relacionados ao portador de deficiência auditiva (Lei Federal nº 10.436/02), o Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2015, de acordo com Carneiro e colaboradores (2019) em seu capítulo VIII, o mesmo aborda expressamente a garantia do acesso à saúde por pessoas surdas ou deficientes auditivas.

Os direitos dos surdos são garantidos e regulamentados por lei, esta determina atendimentos nos serviços públicos de saúde por profissionais capacitados para o uso da Libras ou para sua tradução e interpretação. Porém, percebe-se que, geralmente, a identidade cultural da comunidade surda não é considerada, o que desvaloriza o indivíduo e viola seus direitos de igualdade nos atendimentos em saúde (Santos, 2019 p.6).

A percepção é de que é necessário um grande percurso para assegurar que a acessibilidade a essas pessoas ocorra de forma satisfatória. Não existem muitos profissionais capacitados para auxílio em geral. Então é preciso que a visibilidade da acessibilidade esteja presente no futuro (Braz, Donat, 2020).

### **Saúde para Surdos no município de Penedo Alagoas**

Segundo entrevista feita por Nunes, *et al* (2020), o atendimento humanizado passa respeito ao indivíduo e as suas necessidades específicas, e esse respeito implica a garantia de direitos. Apontando que há necessidade de reciprocidade no respeito e valorização do profissional da área. Na mesma pesquisa, 40% dos entrevistados apontaram que o atendimento ao surdo é humanizado, 30%

considerou não humanizado e 30% foi parcialmente humanizado. Quem considerou como não humanizado levou em consideração a falha na comunicação, que afetou significativamente a experiência entre o médico e o paciente.

Em pesquisa, foram informados que a equipe de enfermagem tem muita dificuldade na passar e compreender informações de pacientes com dificuldade ou ausência de audição. E esses profissionais procuram se comunicar com mímica para conseguir se comunicar. Então há uma necessidade de capacitação de profissionais para proporcionar um atendimento humanizado e inclusivo para todos (Britto; Samperiz, 2010).

O atendimento é inadequado em vários países, isso é desafiador para os pacientes e profissionais da saúde. E a comunicação é a maior barreira que existe para diagnóstico e tratamento, uma vez que a falta de comunicação pode provocar muitas discrepâncias. E a inserção da língua de sinais no currículo de um médico é de extrema importância para se estabelecer confiança no trabalho e cuidado com o sujeito (Cardoso; Bachur, 2021).

Os entrevistados reconheceram a dificuldade de acesso que há nos estabelecimentos de saúde, e que eles muitas vezes não conseguem enfrentar. Eles procuram o atendimento, mas sem comunicação, não há como relacionar-se com o meio onde se pode encontrar auxílio, fazendo com que os mesmos retornem às suas residências com o problema de saúde não solucionado, como eles relatam nos trechos abaixo (Neves; Felipe; Nunes, 2016 p.162).

Um levantamento foi feito para analisar leis do município de Penedo-AL que se referiam a saúde dos surdos. No site da câmara achou-se uma lei 1.218/2004 que se trata de prevenção e tratamento de pessoas com deficiência auditiva. No artigo 1º e 2º, se institui esse programa para efetivar essas ações relacionadas à saúde, onde equipes interdisciplinares potencializam essas execuções. No Artigo 3º foram atribuídos incisos:

- I. Promover a inserção de suas ações no programa de atenção integral à saúde a partir das necessidades identificadas em cada área, ficando incluído no planejamento das atividades;
- II. Garantir ações educativas em saúde auditiva, dirigidas aos profissionais de saúde, educadores, pais, responsáveis e crianças, principalmente sobre questões de promoção, prevenção e conservação da audição;
- III. Garantir ações de identificação de perdas auditivas, por meio de triagens em unidades de saúde, creches e escolas;



- IV. Garantir diagnóstico, médico e avaliação audiológica, incluindo indicação e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual;
- V. Garantir terapia fonoaudiológica para as pessoas que necessitam;
- VI. Assegurar pela Prefeitura a assistência integral em unidades de atendimento ambulatorial, dotados dos recursos humanos, físicos, e tecnológicos, necessários para o atendimento de boa qualidade às pessoas portadoras de alterações auditivas;
- VII. Garantir a formação e a capacitação dos profissionais de que atuem no Programa;
- VIII. Garantir a integração das crianças com alteração auditiva e dos seus pais ou responsáveis nos mais diversos ambientes, evitando situações de discriminação;
- IX. Garantir educação especial para as crianças portadoras de perda auditiva (Toledo, 2004, Art. 3º).

Os gastos foram de recursos próprios do município, e que a lei foi regulamentada e revigorada no mesmo ano em que foi publicada. Apesar disso, foi muito perceptível a falta de acessibilidade em nossa pesquisa de campo, problemas que foram reforçados durante o encontro com a comunidade surda.

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade [...] (Brasil, 2015, Art. 8) .

Tendo isso em vista, a visão que encontramos em Penedo não é tão satisfatória, as leis estão em vigor, mas em sua maioria não são aplicadas de forma condizente com as necessidades dos surdos. Em uma pesquisa realizada, a conclusão feita foi que há muitos avanços no campo jurídico no município de Penedo-AL, apesar disso há muitas lacunas, sendo necessária a prática efetiva da lei. (Nascimento; Souza, 2020).

Em uma entrevista realizada, foi constatado que as pessoas surdas têm uma visão negativa dos atendimentos médicos, visto que se sentem discriminados. Ainda sim querem entender sobre a saúde e são autônomos no tratamento. Nesse mesmo sentido, o acesso à saúde não é contemplado pela pessoa surda, já que

existem diversas limitações comunicativas, o que fazem um atendimento que deveria ser básico para todos os cidadãos, algo inacessível. Fora que as pessoas surdas são vistas como incapazes e são muitas vezes oprimidas pela relação social e familiar e isso gera conflitos por muitas vezes tirar a liberdade de tomar decisões da pessoa surda (Neves; Felipe; Nunes, 2016).

Ao serem questionados sobre a forma como discerniam a vez de serem atendidos nos estabelecimentos de saúde, os entrevistados deste estudo não citaram dificuldades ou preconceitos, pois sempre estavam acompanhados por familiares que os avisavam o horário e a forma de serem atendidos. Mas revelaram descontentamento, tanto por não serem informados de procedimentos aos quais seriam submetidos, quanto pela discussão sobre o seu problema de saúde, dos quais ele não poderia participar e tomar decisões. (Neves; Felipe; Nunes, 2016, p. 162).

Está implícito nos depoimentos reflexões acerca das desigualdades de informações que são disponíveis para os ouvintes e para os surdos. O saber em saúde é tão importante e fundamental para o surdo, quanto para a população em geral, portanto a restrição de meios que o atinjam, deixa-o limitado e insatisfeito.

## **METODOLOGIA**

Com a disposição de um questionário, tentamos obter informações de instituições de saúde no município de Penedo- AL. As informações foram coletadas a partir de 1 profissional da saúde que atuava na instituição, onde era para ser discutido sobre sua vivência e relação com surdos nos estabelecimentos de trabalho. Foi aplicado um questionário para a identificação das demandas. As perguntas foram: 1. Vocês recebem pessoas surdas nessa instituição? Com qual frequência? 2. Essas pessoas chegam na instituição acompanhadas? Quem são esses acompanhantes? 3. Quantos profissionais de saúde têm conhecimento de Língua Brasileira de Sinais - Libras? 4. Há espaços de atendimento à saúde com profissionais bilíngues (Libras/Português)? 5. Tem Tradutor/Intérprete de Libras?

A partir dos dados coletados, iniciou-se a construção do artigo, onde os discentes abordaram várias questões. Logo após, ocorreu um debate do grupo de pesquisa para unir as informações e construir um contexto dos problemas que foram citados. Baseado nesse levantamento, foram discutidos os principais fatores,

para logo após, serem transformados em texto.

Para obtenção dos resultados, aplicamos os questionários em três instituições de saúde pública. Dois locais apresentaram rejeição perante ao questionário e negaram ter pessoas surdas que possuem cadastro ou tiveram algum tipo de atendimento no local, o questionário foi respondido apenas por uma instituição que foi solícita a receber as perguntas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Braz e Donat, (2020) há uma notável falta de profissionais capacitados em Libras que possam atender a comunidade surda, percebe-se também uma carência de registros sobre a admissão de pacientes surdos, pois duas das instituições onde tentou-se aplicar o questionário, responderam que não possuíam pacientes surdos, o que é bastante improvável. A instituição que foi solícita a responder as perguntas, disponibilizou uma profissional para sanar as dúvidas apresentadas no questionário.

Em decorrência da falta de comunicação vários problemas foram percebidos por eles, para o surdo. Por exemplo: o atendimento hospitalar e saúde primária de maneira inadequada e insatisfatória, a escassez de informações em Libras sobre saúde, exames, procedimentos e tratamentos, despreparo dos profissionais em Libras. Com relação aos profissionais da saúde foram percebidos: a falta de formação dos profissionais da saúde em Libras, o comprometimento da autonomia e da confiabilidade do surdo no que diz respeito ao sigilo entre profissional e paciente, o reconhecimento social das legislações existentes (Barroso; Freitas; Wetterich, 2020 p.148).

Quando foi perguntada se a instituição recebe pessoas surdas, a resposta foi que sim, especificando que a frequência é razoável. Quando perguntada sobre os acompanhantes das pessoas surdas e quem seriam essas pessoas, a entrevistada respondeu que eles sempre estavam acompanhados pela família, quando menores, acompanhados pelos pais, os adultos geralmente são acompanhados por parceiros, irmãos ou alguém com experiência na linguagem de sinais. Sobre a quantidade de profissionais com conhecimento em Língua Brasileira de Sinais - Libras, a profissional respondeu que não sabe informar. Ela, porém, conhece pouca Língua por ser disciplina obrigatória na graduação. Perante a pergunta sobre espaços de

atendimento à saúde com profissionais bilíngues e a presença de Tradutor/Intérprete de Libras, ela foi negativa. Uma conversa ocorreu e a profissional informou que acredita que não tenha muitos profissionais capacitados pela falta de demanda. O que é algo lamentável, mesmo tendo pouca demanda as pessoas têm necessidades que precisam ser supridas e não é por pouca demanda que as pessoas surdas precisam ser deixadas de lado.

Os entrevistados reconheceram a dificuldade de acesso que há nos estabelecimentos de saúde, e que eles muitas vezes não conseguem enfrentar. Eles procuram o atendimento, mas sem comunicação, não há como relacionar-se com o meio onde se pode encontrar auxílio, fazendo com que os mesmos retornem às suas residências com o problema de saúde não solucionado... (Neves; Felipe; Nunes, 2016 p.162).

A Constituição Brasileira prevê intérpretes de Libras ou que os profissionais tenham esse conhecimento, mas a realidade é bem distante. Para amenizar as dificuldades encontradas, formas podem ser usadas para facilitar essa comunicação como a escrita, mímica e a presença de acompanhantes. O que geralmente supre uma necessidade, porém não corresponde a uma comunicação direta entre profissional e paciente (Neves, Felipe, Nunes, 2016).

O cuidado humanizado dos profissionais de saúde para com as pessoas surdas se enquadra não só no cuidado com a doença, mas também no cuidado com o indivíduo (Nunes, *et al.*, 2020). Apesar disso, algumas instituições de saúde não foram solicitadas para ajudar e responder a algumas informações. Outra instituição de saúde que respondeu o questionário afirmou que não existia nenhuma dificuldade de atendimento, pois os pacientes surdos sempre eram acompanhados de ouvintes para intermediar o contato com a equipe médica. Os cidadãos possuem direitos, entre eles o de ter educação, saúde, trabalho, lazer e outros. E a acessibilidade é uma forma de obter esses direitos (Leite, 2007).

Há leis que fomentam a acessibilidade de pessoas surdas, como no artigo o art. 3º da Lei Federal nº 10.436/02. Onde diz que as instituições devem dar assistência no atendimento desses sujeitos para que ocorra um bom atendimento (Carneiro *et al.*, 2019).

Observa-se também uma necessidade de expandir a aplicação do

questionário no maior número possível de instituições de saúde e educação, para uma maior qualidade de dados amostrados, pois estas informações específicas são de suma importância para o desenvolvimento de mais projetos que visem a inclusão. Esses fatores são muitos sérios, há uma demanda grande de saber as necessidades e negligências para garantir que as coisas sejam feitas de forma correta. Barroso, Freitas e Wetterich, (2020) concluem que os surdos têm a percepção de que os profissionais de saúde necessitam de fazer uso de perspectiva inclusiva e valorizar a identidade e cultura surda e reconhecer a Libras como comunicação. E com a Libras nos planos curriculares dos cursos, isso será possível. Além de fornecer capacitação para os indivíduos posteriormente formados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessária maior sensibilização da parte das políticas públicas e sociais sobre a importância de profissionais capacitados para atender a população surda em todos os ambientes, principalmente em pilares tão importantes quanto a saúde e educação, para que esses sujeitos sejam devidamente incluídos e possam aproveitar por completo direitos que apesar de serem garantidos por lei, ainda precisam ser colocados em prática. Pessoas surdas são vistas como diferentes e são colocadas de lado por isso, o que não deveria acontecer, todos os sujeitos têm direitos e precisam ser cumpridos da melhor forma possível.

Relatos mostram a necessidade de autonomia e o quanto gostariam de procurar atendimento sem o auxílio dos familiares, mas isso só seria possível caso os profissionais estivessem prontos a comunicar-se, ou houvesse a presença de intérpretes (Neves; Felipe; Nunes, 2016, p. 161).

Pessoas surdas relatam momentos que se sentem limitados, pois precisam sempre estar acompanhados e precisam ter mais liberdade para se comunicar e entender o que estão sentindo e seus tratamentos. E quando não estão à parte do processo da saúde, as pessoas surdas entrevistadas por Neves, Felipe e Nunes, (2016) sentiram preconceito, se sentiram discriminados por conta da sua deficiência e isso, de fato, não deveria ocorrer.

A saúde é algo extremamente importante, é necessário que as pessoas

estejam mais sensíveis e dispostas a melhorar esses quadros para possibilitar uma humanização nos atendimentos às necessidades da pessoa surda. Assim, possibilitando inclusão e desenvolvimento pessoal, além de fornecer o básico para o ser humano. Todos precisam ser respeitados, independentemente de qualquer coisa.

A constatação é que as instituições privadas, principalmente, tentam se adequar ao MEC em aplicar Libras nos projetos pedagógicos. E quando colocam Libras como componente curricular, com o uso efetivo de ementa e conteúdos inclusivos, e profissionais qualificados, a formação dos profissionais de saúde é fundamental para um atendimento efetivo. Porém, vários cursos não pretendem, ou ao menos não tem previsão de cumprimento de leis de obrigatoriedade da Libras.

## REFERÊNCIAS

ASSÊNSIO, C.B. **Comunidade surda**: Notas etnográficas sobre categorias, lideranças e tensões. São Paulo, 2015.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em 20mar. 2023.

BARROSO, H. C. S. M. FREITAS, D. A. WETTERICH, C. B. A comunicação entre surdos e profissionais da saúde: uma revisão bibliográfica. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n° 1, 2020.

BRAZ, A. T.M, DONAT, C. E. **A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS SURDAS EM NOSSA SOCIEDADE**. VIRTUAL DE CULTURA SURDA CENTRO REVISTA VIRTUAL DE CULTURASURDA Edição N° 27 mar. 2020 - ISSN 1982-6842.

BRITTO, F. R, SAMPERIZ, M. M. F. **Dificuldades de comunicação e estratégias utilizadas pelos enfermeiros e sua equipe na assistência ao deficiente auditivo**. Einstein, São Paulo, v. 8, n. 1, p.80-85, jan. mar. 2010.

CARDOSO, G. Y. R, BACHUR, T. P. R. O atendimento médico de pessoas surdas e seus desafios. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**. 2021.GVAA <https://10.18378/rebes.v11i2.9017>.

CARNEIRO, C. J. D. *et al.* **A acessibilidade dos surdos nos serviços de saúde pública**. Jusbrasil, 2019. Disponível em:

izabelaalmeidaa.jusbrasil.com.br/artigos/773190624/a-acessibilidade-dos-surdos-nos-servicos-de-saude-publica. Acesso em: 10 fev. 2023.

CONDESSA, A. M. *et al*. Barreiras e facilitadores à comunicação no atendimento de pessoas com deficiência sensorial na atenção primária à saúde: estudo multinível. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. 1-14, 2020.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 417- 422, 2005.

NASCIMENTO, A. S. SOUZA, J. **Educação inclusiva no plano municipal de educação de Penedo/AL: Vivências e desafios**. CONEDU, 2020.

NEVES, D. B. FELIPE, I. M. A. NUNES, S. P. H. **Atendimento aos surdos nos serviços de saúde: acessibilidade e obstáculos**. Infarma. São Luiz, 2016. 10.14450/2318-9312.v28.e3.a2016.pp157-165.

NUNES, L. L. C. S. M. *et al*. **Cuidado humanizado à pessoa surda: perspectiva do profissional médico**. *Revasf*. Vol 10, n 22. p. 82-103. 2020. Issn: 2177-8183.

**COMUNIDADE surda no Brasil e a Libras: O que é e quais são os desafios**. Academia delibras, 2019. Disponível em: <https://academiadelibras.com/blog/comunidade-surda/> Acesso em: 09 nov. 2022.

LEITE, F. P. A. **O município acessível à pessoa portadora de deficiência: o direito à eliminação das barreiras arquitetônicas**. São Paulo: RCS editora, 2007.  
GOMES, Nilma Lino. **Diversidade e Currículo**. Brasil/Mec, Brasília, 2007.

LEZZONI, L. I. O'DAY, B. L., KILLEEN, M., HARKER, H. **Communicating about Health Care: Observations from Persons Who Are Deaf or Hard of Hearing**. *Annals of Internal Medicine*, 2004. 140(5), 356.

MARTINS, L. de A. R. A diferença/deficiência sob uma ótica histórica. **Revista Educação Em Questão**, 1999. 9(2), 126–141. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/9953>.

SANTANA, A. C. F., SANTANA, E. G. J. **A importância da comunidade surda, identidade surda e a cultura surda**. CONEDU, 2020.

SANTOS, A. S., PORTES, A. J. F. Percepções de sujeitos surdos sobre a comunicação na Atenção Básica à Saúde. **Revista Latino-Am. Enfermagem**. 27.e3127, 2019.

SHELLES, S. A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM NÃO-VERBAL NAS RELAÇÕES DE LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES. **Revista Esfera** .nº. 1 Jan./Jun. 2008.

STROBEL, K.. **As imagens do outro sobra a cultura surda**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

SILVA, C. R. C. *et al.* **A importância da libras no acesso a saúde para a população surda no agreste de Pernambuco**. 2021. apud OLIVEIRA, A. D. *et al.* **A comunicação no contexto do acolhimento em uma unidade de saúde da família de São Carlos, SP**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v.12, n.27, p. 749-762, 2008.

TOLEDO, Alexandre de Melo. **LEI MUNICIPAL. N°. 1.218/2004**.

OLIVEIRA, H.R.; LOPES, K.S.; PINTO, N.M.M. **Percepção da equipe de enfermagem acerca assistência prestada ao deficiente auditivo**. *Revista Enfermagem Integrada, Ipatinga (MG)*, v. 2, n. 1, p. 165-175, 2009.

OLIVEIRA, Y. C. A. D. *et al.* **A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de enfermagem, fisioterapia e odontologia no estado da Paraíba, Brasil**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 16, n. 43, p. 995-1008, 2012.

PERLIN, G. T. T. **Identidades surdas**. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Recebido em: 09 de fevereiro de 2024.

Aprovado em: 20 de abril de 2024.

Publicado em: 10 de maio de 2024.

